

A Convergência aos Padrões Internacionais de Contabilidade Aplicada ao Setor Público: um estudo realizado com os servidores públicos do município de Monte Carmelo/-MG.

Bruna Thalia Mendes¹

Profª. Me. Alessandra Vieira Cunha Marques²

RESUMO:

O objetivo desse estudo é analisar a percepção dos servidores públicos do município de Monte Carmelo quanto à adoção das normas internacionais de contabilidade aplicadas ao setor público. Para tanto, aplicou-se um questionário junto aos contadores da administração direta do referido município. Essa administração pública foi escolhida por se tratar de um cenário ideal para o estudo, visto que, as pequenas cidades contam com escassez de recursos e resistências a mudanças ocorridas no processo de adoção das normas contábeis. O presente estudo demonstra que o tema harmonização contábil no setor público carece de compreensão por parte dos contadores da referida área. Constata também que os funcionários públicos do município não estão recebendo a preparação devida para que possam realizar suas atividades como contadores obedecendo ao novo padrão de contabilidade. Essa pesquisa justifica-se, pois revela aos gestores públicos a percepção dos contadores públicos em relação às NICASP para que possam criar políticas públicas de motivação e treinamento para a efetivação do processo de convergência no município.

PALAVRAS-CHAVE: Contabilidade. Normas Internacionais. Setor Público.

ABSTRACT:

The objective of this study is to analyze the perception of public servants of the municipality of Monte Carmelo regarding the adoption of international accounting standards applied to the public sector. For this purpose, a questionnaire was applied to the accountants of the direct administration of said municipality. This public administration was chosen because it is an ideal scenario for the study, since, the small cities count on scarce resources and resistance to changes occurred in the process of adoption of accounting standards. The study

¹Graduando do curso de Ciências Contábeis – Fucamp.

² Professora orientadora no curso de Ciências Contábeis – Fucamp.

concluded that accounting harmonization in the public sector needs to be better understood by accountants in that area, and there is still a necessary preparation so that employees can carry out their activities in accordance with the standard of accounting standards. Therefore, it is necessary to streamline training and courses necessary to solve this problem immediately

KEY WORDS: Accounting. International Standards. Public sector.

1 INTRODUÇÃO

Por conta da globalização e abertura da economia, a contabilidade vem sendo influenciada pelas normas vigentes em outros países, seguindo as Normas Internacionais de Informação Financeira IFRS (em inglês, significa *Internacional Classification of Financial Reporting*) (OLIVEIRA; PEREZ JR; SILVA, 2002). Isso se dá por conta da necessidade de capital de giro criando para os investidores, alternativas de investimentos em vários países, e conseqüentemente demanda por informações financeiras sobre as empresas que permitam comparar as companhias com maior precisão sobre sua situação financeira e econômica (CRUVINEL; LIMA, 2011).

A uniformização das normas contábeis cria uma perspectiva de harmonização contábil, na medida em que há um procedimento que procura diminuir a variedade de práticas contábeis existentes no registro de eventos por parte, principalmente de empresas. A Federação Internacional de Contadores (*International Federation of Accountants*) reconhecida como IFAC, busca a identificação de uma teoria geral de contabilidade e um marco conceitual comum que fundamente suas normas contábeis, considerando a influência dessas normas na economia (IFAC, 2010).

Segundo Pasini (2015), havendo padronização nas normas contábeis, o benefício almejado seria um marco conceitual comum que fundamente suas normas contábeis, considerando a influência dessas normas na economia, e respeitando as características e peculiaridades de cada país dentro de um contexto de integração econômica. Não diferente dessa opinião, Nascimento, Santo e Vicente (2012), descrevem que a área contábil necessita comprovar suas características qualitativas, tais como confiabilidade, relevância, tempestividade, neutralidade e comparabilidade. Sendo padronização contábil, um meio que possibilitaria que os usuários tenham análises de duas ou mais empresas em momentos distintos, a nível nacional ou internacional.

Revoredo (2008) contribui com a discussão em torno da convergência às novas normas a serem abordadas sobre NICASP (Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público) destacando a importância da qualificação dos servidores públicos que ocupam cargos de contadores, por meio de palestras elucidativas e educativas para melhor adequação e atualização dos profissionais que irão atuar com as novas normas. Com isso, os profissionais contabilistas devem se adequar as mudanças impostas em virtude das exigências legais e profissionais, buscando formação profissional que o torne apto a uma escrituração contábil de acordo com a nova legislação.

Contudo, Nascimento, Santo e Vicente (2012) alertam para os possíveis problemas nesse processo de adoção de NICASP. Segundo os autores, os profissionais não estão preparados para implementar as novas NICASP, dentre as barreiras estão justamente a falta de qualificação dos funcionários, falta de competência técnica e falta de capacidade de análise e decisão por parte dos servidores públicos que terão que lidar com essas novas normas contábeis. Langoni (2010) argumenta sobre a necessidade de capacitação e de uma nova postura do profissional contábil para se adequar às novas normas contábeis.

Diante deste contexto, tem-se a seguinte questão de pesquisa: Qual é a percepção dos contadores públicos do município de Monte Carmelo quanto à adoção das normas internacionais de contabilidade aplicadas ao setor público? Considerando o problema especificado este trabalho tem por objetivo analisar a percepção dos contadores públicos do município de Monte Carmelo quanto à adoção das normas internacionais de contabilidade aplicadas ao setor público. A padronização dos procedimentos contábeis a nível internacional possibilita a comparabilidade e transparência das informações financeiras da administração pública, além de valorizar a contabilidade (ZEVEDO; SOUZA; VEIGA, 2010).

A pesquisa será realizada no município de Monte Carmelo, por se tratar de um cenário ideal para o estudo, visto que as cidades contam com escassez de recursos e resistências a mudanças ocorridas no processo de adoção das normas contábeis. Além disso, identificar se os contadores públicos estão se adaptando as novas mudanças trazidas pelas NICASP e qual a percepção desses profissionais quanto ao processo de adoção das NICASP. Concilia também o fato de que as mudanças ocorridas em torno da adoção das normas contábeis integram registros orçamentários, econômicos, financeiros e patrimoniais com a finalidade de identificar as movimentações do patrimônio público.

Para tanto, será aplicado um questionário aos contadores públicos municipais da administração direta de Monte Carmelo, com o intuito de analisar a sua percepção sobre o novo processo de adoção das normas internacionais de contabilidade aplicadas ao setor público.

Giroto (2007) ressalta a necessidade de o contabilista estar preparado para as mudanças após a NICASP. Como o Brasil está passando por uma etapa de adaptação, profissionais preparados torna-se indispensável com o conhecimento das normas internacionais aplicadas ao setor público. (COSTA; CAMPOS; AMARAL, 2009).

Esta pesquisa contribui com a literatura demonstrando a percepção dos contadores públicos sobre os benefícios das NICASP no que se refere a informações no setor público após a implantação das Normas Internacionais de Contabilidade aplicadas ao setor público. Além disso, poderá auxiliar os gestores públicos demonstrando a percepção dos contadores públicos em relação as NICASP para que possam criar políticas públicas para a efetivação do processo de convergência no município. Pretende-se também, como contribuição prática, demonstrar a necessidade de capacitar os servidores públicos para a efetiva convergência às NICASP, pois, nenhuma reforma contábil é possível sem a conscientização e apoio dos atores que conduzem a máquina pública.

Além dessa introdução, a presente pesquisa está estruturada da seguinte forma: Seção dois traz o referencial teórico, seguida dos aspectos metodológicos. Na quarta seção, apresentam-se os resultados e, por último, as considerações finais da pesquisa.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Em decorrência das mudanças ocorridas nas normas contábeis no setor público, busca-se a partir das NICASP maior evidência nos demonstrativos contábeis de uma contabilidade com enfoque patrimonial, ao contrário do que até então se praticava que é uma contabilidade orçamentária (ALMEIDA et al; 2017). Segundo os autores a contabilidade está voltada aos resultados e não apenas no registro de arrecadação e conseqüentemente de sua distinção. A contabilidade Patrimonial visa proporcionar ao governo uma ferramenta para aperfeiçoamento de sua gestão patrimonial e financeira.

O IFAC (2010) enfatiza que com a adoção das NICASP (Normas internacionais de Contabilidade aplicada ao Setor Público) há uma melhora na qualidade e na comparabilidade das informações financeiras divulgadas pelas entidades do setor público. O comitê reconhece o direito dos governantes e dos definidores de normas em âmbito nacional, de estabelecer diretrizes e normas contábeis para demonstrativos financeiros para o setor público. Porém, o comitê encoraja a adoção das NICASP e a harmonização das demandas nacionais com as propostas pelas NICASP.

A revolução na Contabilidade Governamental inicia-se em 2008 com a publicação pelo Ministério da Fazenda, da Portaria nº 18 iniciando oficialmente o processo de convergência das práticas contábeis vigentes no setor público brasileiro, sendo publicadas as primeiras NICASP, emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) (CRUVINEL e LIMA 2011). Com isso, destaca a demanda por NICASP, processo de convergência às NICASP no Brasil e o comprometimento dos servidores públicos quanto à adoção das NICASP.

2.1 Demanda por NICASP

Com a globalização dos mercados a contabilidade vem sendo tratada com maior relevância em diversos países, pode-se observar um grande esforço nas últimas décadas em prol de uniformizar critérios, de um já existente conjunto padronizado de informações no mundo, para reduzir a ocorrência de alguns escândalos contábeis de grandes corporações e apresentar demonstrações contábeis mais transparentes, prova disso são as regras de governança corporativa que vem sendo estabelecidas nos mercados de capitais (CARVALHO, 2009). Sendo assim, os principais mercados financeiros acompanham e incentivam a harmonização da contabilidade, com o intuito de reduzir o risco para o investidor estrangeiro, possibilitando uma maior concorrência entre as empresas internacionais e nacionais (CARVALHO, 2009).

No Brasil, também há esse direcionamento para harmonização de normas contábeis a nível internacional. O Conselho Federal de Contabilidade (CFC) passou a exigir a preparação e publicação de demonstrações financeiras consolidadas no padrão IFRS (CARVALHO, 2009). Com a adoção de um padrão contábil internacional houve mudanças no nível de relevância das informações contábeis, devido ao impacto no reconhecimento e mensuração do patrimônio líquido, lucro líquido, nas receitas e despesas e conseqüentemente nas demonstrações financeiras (CONCEIÇÃO; DOURADO; SILVA, 2012).

O movimento de convergência das normas contábeis estendeu-se também ao setor público, inclusive ao brasileiro. Espera-se, desde então, maior possibilidade de comparabilidade dos resultados alcançados pelos governantes e ampliação da qualidade da evidenciação desse setor (VICENTE; MORAIS; PLATT NETO, 2012). Segundo os autores, a nova contabilidade pública irá gerar mais transparência no setor público, tanto para os usuários externos quanto aos usuários internos, assim podendo gerar relatórios eficientes para a tomada de decisão econômica e conseqüentemente traçar políticas públicas eficazes.

Carvalho (2009) ressalta que nas entidades públicas brasileiras há uma necessidade de centralização das normas de contabilidade, com intuito de evitar vários escândalos tais como

demonstrações contábeis falseadas e lucros inverídicos, prejudicando o entendimento dos relatórios financeiros. De acordo com o autor, a partir desta centralização, destaca-se a contabilidade do setor público como linguagem nacional dos negócios públicos. Logo, o novo padrão de contabilidade pública tem como objetivo aprimorar a transparência das finanças públicas em todos os aspectos, procurando evitar práticas de corrupção e gestão inadequada dos recursos públicos (CARVALHO, 2009).

2.2 Processo de convergência às NICASP no Brasil

Quando se fala em convergência diante das NICASP no Brasil, retrata que apesar do novo modelo de contabilidade aplicada ao setor público ter sido fundado com a finalidade de fortalecer a contabilidade do setor, ocorre a falta de maior transparência das informações, proporcionando a falta de um efetivo controle social nas contas públicas, proporcionando falhas na qualidade da tomada de decisão. Essa constatação evidenciada por Vicente, Moraes e Platt Neto (2012), demonstra que a harmonização contábil no setor público necessita ser mais bem compreendida por parte dos contadores da referida área.

O início de um foco de avanços que pode ser considerado uma verdadeira revolução contábil, ainda necessita ser mais bem entendida para que assim haja um processo de estruturação no setor público com foco no registro dos atos e fatos relativos ao controle da execução orçamentária e financeira, impulsionando as mudanças na contabilidade aplicada ao setor público (CASTRO; CUNHA 2014).

As novas regras de contabilidade aplicadas ao Setor Público Brasileiro têm como objetivo contribuir com a contabilidade em especial o Patrimônio da Entidade Pública (MELO; BUENOS AYRES 2014). No entanto, a convergência das normas contábeis brasileiras promovidas pela grande maioria, pela falta de entendimento dos contadores no setor público, não está tornando a informação contábil mais eficiente para seus usuários diante da convergência demonstrada pela NISCAP no Brasil (CARVALHO, 2009).

Com isso, o processo de convergência da contabilidade no Brasil apresenta diretrizes que devem ser observadas a partir do entendimento proposto pela harmonização contábil, com a necessidade de aumento dos níveis de transparência, credibilidade, comparabilidade e compreensibilidade das informações contábeis pelos usuários (FEIJÓ; BUGARIN 2008).

É importante destacar que essa conversão aos padrões internacionais já afetou a contabilidade e as demonstrações contábeis dos entes públicos brasileiros (MELO; BUENOS AYRES 2014). Os autores citam as principais mudanças que ocorreram na escrituração das

demonstrações contábeis do setor público, fornecendo informações contábeis mais claras e fieis, contribuindo na gestão pública, elevando a eficiência e a efetividade das Leis, com foco na proteção do Patrimônio Público, estabelecendo um melhor planejamento, maior transparência e responsabilidade fiscal, decorrendo assim melhoria nos controles internos e apresentando maior veracidade na apresentação dos recursos públicos para a sociedade.

Para a efetiva adoção das NICASP a administração pública brasileira precisa do comprometimento dos profissionais e acadêmicos da área da administração pública, uma vez que eles podem atuar como multiplicadores do conhecimento técnico e científico, melhorando a qualidade do serviço público (RIBEIRO, 2014). Contudo um entrave nas reformas é que não basta alterar a estrutura administrativa, será preciso que essas mudanças administrativas estejam vinculadas nas mentes dos governos e gestores, de forma que isso não ocorrera por meio de reformas imediatas, e sim do conhecimento e das práticas administrativas diárias.

2.3 Percepção dos contadores públicos quanto a adoção das NICASP

Com o intuito de capacitar os envolvidos na implantação das NICASP, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) juntamente com o CRC, vem proporcionando seminários e palestras buscando aprimorar o conhecimento dos servidores públicos formados em contabilidade e registrados no CRC e demais profissionais contadores que irão implementar as NICASP. Além disso, busca-se conscientizar a grande maioria dos servidores e gestores públicos sobre a necessidade da adoção das NICASP (ALMEIDA et al; 2017).

Mesmo sabendo da importância para a sociedade da modernização da contabilidade, os servidores públicos estão desatualizados para a efetiva convergência das normas contábeis aplicadas ao setor público (MELO; PRIETO; ANDRADE, 2014). Contudo, os autores ressaltam que, para uma adoção das NICASP bem-sucedida, é necessário treinamento e preparo para esses atores que conduzem a máquina pública. A necessidade de treinamento não é somente por parte do servidor público, o administrador também faz o seu papel por meio das detecções de erros e dúvidas, a capacitação constitui em uma obrigação para os dois lados (LEMES; CARVALHO, 2010).

As novas normas internacionais de contabilidade segundo Carvalho (2015), demonstra que os contadores ligados a contabilidade pública passam seu cotidiano com dúvidas e insegurança nas tarefas executadas nos seus locais de trabalho, acarretando equívocos nos

lançamentos contábeis, gerando consequências na prestação de contas do gestor municipal e na qualidade do uso do recurso público.

Em uma pesquisa realizada nos Municípios da região da Associação de Municípios do Meio Oeste conforme Piccoli e Klann (2015), identificou que contadores públicos em relação às NICASP, não estavam preparados para a implementação das normas contábeis, demonstrando, por exemplo, a falta de entendimento da regulamentação, o que pode prejudicar a qualidade das informações divulgadas relativas ao ente público (PICCOLI; KLANN 2015).

Os municípios brasileiros estão padecendo nesse processo de adoção de NICASP, visto que eles não se adequaram às novas mudanças, pois praticamente metade deles ainda não aderiu às novas normas contábeis (PICCOLI; KLANN 2015). Segundo os autores essas mudanças não ocorreram por falta de apoio dos gestores públicos, falta de qualificação profissional dos demais membros do quadro de funcionários, falta de recursos, falta de adaptação dos softwares utilizados, fazendo necessário engajamento e comprometimento por parte de todos.

Além disso, os profissionais da área contábil não se sentem preparados para desenvolver e programar as mudanças necessárias ao processo de adoção de NICASP (PICCOLI; KLANN 2015). De acordo com os autores, a maior dificuldade está na falta de qualificação dos funcionários públicos dos municípios, além disso, o tempo necessário para aperfeiçoamento impede que os contadores, envolvidos no processo, estejam preparados para a implementação das novas normas, em tempo hábil.

Ribeiro (2014) destaca também outro entrave a esse processo de adoção, que se trata da falta de investimento em TI (tecnologia da informação), e a falta de treinamento para os usuários desses sistemas. Ressalta-se ainda, que os gestores não têm motivação para proceder aos investimentos necessários, visto que, eles não estão utilizando demonstrativos contábeis para a tomada de decisão (PASINI 2015).

Segundo os autores Castro e Cunha (2014) atualmente a sociedade não aceita mais a denúncia de desvios e facilidades por parte dos atores políticos, torna-se necessário à consolidação do controle social como premissa básica da democracia. Busca-se uma eficaz transparência e *accountability* na gestão pública, visto que, atos corruptos não ocorrem apenas em países subdesenvolvidos, atingem todas as camadas e classes sociais como dos países desenvolvidos gerando malefícios para a sociedade. Os autores ressaltam que há um longo caminho pela frente, para se adequar às práticas de controle interno e externo às reais demandas da sociedade.

No Quadro 1, apresentam-se alguns estudos anteriores realizados em municípios brasileiros, com intuito de identificar se os servidores públicos e profissionais da área contábil

estão acompanhando as novas normas contábeis internacionais aplicadas ao setor público e se os Municípios e Estados efetivamente adotaram as NICASP. Dentre as pesquisas apresentadas no Quadro 01, na região do Sudoeste do Paraná há a efetiva adoção das NICASP. Nos outros Municípios há falta de conhecimento e informação por parte dos servidores públicos quanto às normas contábeis aplicadas ao setor público.

Quadro1: Percepção dos servidores públicos quanto às NICASP

Autor	Ano	Local de Pesquisa	Resultado	Justificativa
Andrade; Prieto e Melo.	2014	Município de Uberlândia /MG	Sem adoção efetiva	Os servidores estão cientes da importância da convergência, porém possuem um nível básico de conhecimento sobre as NICASP.
Calegari; Righes; Bortoluzzi e Schvirck	2015	Municípios da região Sudoeste do Paraná	Adoção efetiva	Os profissionais estão se adequando as novas normas contábeis aplicadas ao setor público, porém estes encontram vantagens e dificuldades quanto à adequação.
Piccoli e Kllan	2015	Município do Meio Oeste/SC	Sem adoção efetiva	Denota-se que os profissionais pesquisados entendem as importantes mudanças ocorridas no setor público, apesar das normas estarem em vigor desde 2009, eles ainda não se sentem aptos a realizar alguns procedimentos fundamentais para a evidenciação patrimonial da entidade.
Leite; Resende; Nascimento; Barbosa Neto e Alvarenza.	2015	Municípios Sul Mineiros/MG	Sem adoção efetiva	Ainda não estão adequadas às novas normas contábeis, o fato relevante é que a maioria das ferramentas que devem ser disponibilizadas pelos sistemas informatizados, ainda não atendem todas as exigências das NICASP, apesar dos Contadores

				Públicos de Minas Gerais possuem conhecimento das normas contábeis aplicadas ao setor público.
Oliveira	2015	Município de Castro Alves/BA	Sem efetiva adoção	Verificou-se que os perfis descritos são na maioria servidores com pouca experiência com a área contábil, e não estão sendo capacitados para a efetiva convergência as NICASP.
Costa; Nunes e Almeida.	2016	Município de Cristópolis/BA	Sem adoção efetiva	Concluiu-se que a prefeitura Municipal de Cristópolis ainda não estava preparada para o processo de convergência, visto que alguns itens não estão implementados de forma correta, como a efetivação de servidores públicos.
Almeida; Júnior; Miranda; Vasconcelos e Lagioia.	2016	Estado de Alagoas	Sem adoção efetiva	Não há consenso nas variáveis que foram analisadas, os profissionais em sua maioria estão em fase de conhecimento de tais normas para posterior aplicação em suas atividades.

Fonte: COSTA; NUNES; ALMEIDA (2016).

Além disso, percebe-se que não há empenho pelos gestores públicos visto que, os entes públicos não estão capacitando seus profissionais para as novas mudanças e nem disponibilizando sistemas informatizados para a execução da tarefa. Logo, verifica-se que ainda não há uma adoção efetiva por vários municípios brasileiros.

3. METODOLOGIA

De acordo com Vergara (1998) quanto aos fins uma pesquisa pode ser: exploratória, descritiva, explicativa, metodológica, aplicada e intervencionista. Quanto aos fins esta pesquisa classifica-se como exploratória e quanto aos meios trata-se de uma pesquisa de campo. Segundo

Vergara (1998, p.45), a pesquisa exploratória é realizada em área na qual há pouco conhecimento acumulado e sistematizado. A pesquisa de campo é uma investigação empírica realizada no local onde ocorre ou ocorreu um fenômeno ou que dispõe de elementos para explicá-los.

Esta pesquisa é qualitativa por se tratar de um levantamento de dados para compreender o desenvolvimento de ações para promover às normas de contabilidade para o setor público. Classifica-se também como uma pesquisa quantitativa visto que serão feitas perguntas objetivas e claras, utilizando estatísticas que serão aplicadas com rigor para que haja a confiabilidade necessária através da amostra sobre a população de interesse.

A pesquisa de campo foi realizada entre os meses agosto e outubro de 2017, no Município de Monte Carmelo/MG, por meio de um questionário contendo 17 questões aplicado junto aos contadores responsáveis pela contabilidade pública da administração direta municipal. Como os respondentes já possuem uma relação com o tema de pesquisa, considerou-se que eles teriam condições necessárias para responderem os questionários.

Nesta pesquisa, a coleta de dados dá-se por meio de um questionário desenvolvido por Melo, Prieto e Andrade (2014), que foi estruturado em três seções: a primeira delas refere-se à caracterização dos respondentes, a segunda se trata do processo de convergência e a terceira objetiva identificar a percepção dos referidos profissionais sobre as melhorias que a contabilidade pode gerar para a gestão pública em decorrência da convergência às normas internacionais de contabilidade. Aplicou-se o questionário em três órgãos públicos: Prefeitura Municipal de Monte Carmelo, Câmara Municipal de Monte Carmelo e Departamento Municipal de Água e Esgoto de Monte Carmelo, todos da administração direta.

Utilizou-se a escala de classificação *Likert*, que segundo os autores Collis e Hussey (2005), permite que os participantes apresentem respostas discricionárias e afirmem se tem ou não uma opinião formada, a escala *Likert* permite que um valor numérico seja dado a uma opinião, sendo o zero representa nulo, de 1 representa baixíssimo/ fraquíssimo, de 2 baixo/fraco, de 3 médio, de 4 forte/alto.

O tratamento de dados será realizado de duas formas, a primeira utilizando o cálculo do Ranking Médio (RM), para as questões específicas, a segunda é a estatística descritiva para as questões que tratam do perfil dos respondentes. Os dados das questões em que foram utilizadas a escala *Likert* serão analisados, primeiramente, pela demonstração da participação de cada alternativa em relação à questão proposta e a análise do Ranking Médio (RM) obtido a partir da tabulação das notas obtidas, e apontar o nível de aceitação das assertivas.

4. RESULTADOS

4.1. Caracterização da amostra da pesquisa

Na Tabela 1, revela-se o perfil dos entrevistados, credenciando suas principais características em relação ao trabalho diário na Contabilidade Pública. Dentre o perfil da maioria dos servidores que exercitam suas atividades na Contabilidade Pública, percebe-se que 75% são do sexo masculino, 75% são funcionários públicos efetivos, 75% têm formação em ciências contábeis, 50% possui tempo de experiência com contabilidade pública de até 2 anos, e 50% tem idade de até 40 anos. Conclui-se que o perfil dos respondentes é adequado para atingir o objetivo desta pesquisa por terem formação superior em áreas de conhecimento (ciências contábeis e administração) que é de suma importância para a implantação das normas.

Tabela 1: Estatística descritiva das amostra da pesquisa (N=04)

	Observações	Frequência Percentual
Sexo feminino	01	25,0%
Sexo masculino	03	75,0%
Funcionário Público Efetivo	03	75,0%
Funcionário Contratado	01	25,0%
Formação em Ciências Contábeis	03	75,0%
Formação em Administração	01	25,0%
Tempo de experiência CP – até 02 anos	02	50,0%
Tempo de experiência CP – entre 11 e 20 anos	01	25,0%
Tempo de experiência CP– Acima de 20 anos	01	25,0%
Idade até 40 anos	02	50,0%
Idade entre 41 anos até 50 anos	01	25,0%
Idade superior a 50 anos	01	25,0%

Legenda: CP = Contabilidade Pública

Fonte: Elaborado pelas autoras

Dentre o perfil dos entrevistados, uma das principais características observadas na Tabela 1, é o tempo de experiência. Os profissionais que trabalham com contabilidade pública são indivíduos que exercem essas atividades voltadas o registro das finanças governamentais em um intervalo inferior a 2 anos (50% da amostra), 25% dos respondentes dizem ter experiência entre 11 e 20 anos, e 25% possui prática superior a 20 anos. Diante desses resultados, infere-se que o município tem pessoal adequado para a implantação das NBCASP: maioria dos respondentes faz parte do quadro de servidores públicos e com experiência de pelo menos 02 anos, além disso, todos tem formação superior em contabilidade ou administração de empresas.

4.2 Análise dos Resultados

Para análise dos resultados, realizou-se uma abordagem quantitativa para estabelecer o Ranking Médio (RM) para o questionário da pesquisa com escala Likert de 5 pontos para mensurar o grau de concordância dos contadores públicos que participaram da pesquisa. Procedeu-se a verificação quanto à concordância ou discordância das questões por meio dos resultados do RM atribuída às respostas. Quanto mais próximos de 1 estiverem os valores de RM maior é a concordância entre os respondentes, em contrapartida quanto mais próximos de 5 maior é a possibilidade de discordância entre às perguntas do questionário, para uma escala de 5 pontos.

Evidencia-se na Tabela 2, que apenas a questão 01 apresenta RM maior do que 3, demonstrando discordância entre os participantes, o que significa que para os participantes o Brasil não está em processo de convergência às NICASP.

Tabela 02: Ranking médio da concordância entre os respondentes (N=4).

Questões sobre o processo de convergência	1	2	3	4	5	RM
1) A contabilidade governamental no Brasil encontra-se em processo de convergência às Normas Internacionais de Contabilidade aplicadas ao setor público.	0	0	0	4	0	4,00
2) As normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público – NBCASP, trazem procedimentos até então utilizados	1	1	0	2	0	2,75

somente pelo setor privado, como o regime contábil de competência na Contabilidade Patrimonial.						
3) Você considera apropriado o fato de que o Conselho Federal de Contabilidade – CFC já emitiu onze normas de contabilidade aplicadas ao Setor Público que são as NBC T, todavia apenas a NBC TSP – Estrutura Conceitual, é até o momento a única norma totalmente traduzida relativa ao setor público, e vigente a partir de primeiro de janeiro de 2017.	1	1	2	0	0	2,25
4) A contabilidade governamental tem características semelhantes às do setor privado.	2	1	0	1	0	2,00

Fonte: Elaborado pelas autoras

Tal fato denota falta de conhecimento desses profissionais, corroborando com os achados de Vicente, Morais e Platt Neto (2012), de que a harmonização contábil no setor público necessita ser mais bem compreendida por parte dos contadores da referida área. E contrário ao estudo de Melo, Pietro e Andrade (2014) que encontraram concordância entre os respondentes.

Conforme a Tabela 3, somente a questão 1 apresenta RM maior que 3, demonstrando discordância entre os participantes, quando se fala na possibilidade de que a convergência proporcionará uma contabilidade pública mais transparente. Nesse sentido, Leite et al (2015) retrata que as novas normas contábeis para serem adequadas necessitam urgentemente da disponibilidade de meios para que os objetivos possam ser cumpridos, dentre esses meios, estão além do conhecimento contábil por parte das ações públicas, sistemas de informática, adequações quanto a transparência de informações.

Tabela 03: Ranking médio da concordância entre os respondentes (N=04).

Questões sobre os resultados das NICASP	1	2	3	4	5	RM
1) A convergência proporcionará uma contabilidade pública mais transparente.	0	1	0	3	0	3,50
2) A convergência trará uma representação patrimonial mais próxima da realidade.	1	2	0	1	0	1,75

Fonte: Elaborado pelas autoras

Em relação a Tabela 4, apenas a terceira questão apresenta RM maior que 3, havendo assim discordância quando o assunto gira em torno de haver uma perspectiva favorável quanto às normas internacionais de contabilidade aplicadas ao setor público. Sobre o resultado, Leite et al (2015) concorda que não há perspectiva favorável diante dos procedimentos adotados para a padronização das normas internacionais, tais como falta de conhecimento dos servidores públicos, falta de treinamento, gerando assim desentendimento quando se espera a eficiência de todo o processo contábil.

Tabela 04: Ranking médio da concordância entre os respondentes (N=04).

Questões sobre a execução efetiva das NICASP	1	2	3	4	5	RM
1) O prazo estipulado pela legislação para Convergência das NICASP é satisfatório para adaptação do ente Público?	2	2	0	0	0	1,5
2) Estão sendo realizados os investimentos necessários em sistemas de informação para a convergência às Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público	1	3	0	0	0	1,75
3) Quanto às Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, há uma perspectiva favorável em relação a sua execução.	0	2	0	2	0	3,00
4) Os gestores públicos não estão empenhados com o processo de convergência às Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.	2	2	0	0	0	1,50

Fonte: Elaborado pelas autoras

Diante da Tabela 5, infere-se que apenas a primeira questão apresenta RM maior que 3, havendo assim discordância no fato em que os servidores públicos estão sendo capacitados para a aplicação das normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC. O resultado proporcionado no questionário é também visto como preocupante por Costa, Nunes e Almeida (2016), haja vista que não há ainda uma preparação necessária para que os funcionários possam realizar suas atividades obedecendo ao padrão das normas contábeis. Diante disso, é necessário agilizar treinamentos e cursos visando à solução imediata desse problema.

Os resultados indicam que o município objeto da pesquisa deve criar ações voltadas a busca da correta execução dos padrões contábeis, investindo de forma efetiva no treinamento

dos envolvidos com os registros das contas públicas, visando a convergência de fato desse novo padrão de Contabilidade Pública.

Tabela 05: Ranking médio da concordância entre os respondentes (N=04)

Questões sobre capacitação para as NICASP	1	2	3	4	5	RM
1) Os servidores públicos estão sendo capacitados para a aplicação das normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.	1	1	0	2	0	3,67
2) Os órgãos públicos estão empenhados em proporcionar treinamento para a efetiva implantação das normas.	2	1	0	1	0	2,00
3) Os gestores públicos não estão empenhados com o processo de convergência às Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.	2	2	0	0	0	1,00

Fonte: Elaborado pelas autoras

Esse novo padrão contábil objetiva maior comparabilidade dos resultados alcançados pelos governantes e ampliação da qualidade da evidenciação desse setor (VICENTE; MORAIS; PLATT NETO, 2012). Segundo os autores, a nova contabilidade pública irá gerar mais transparência no setor público, tanto para os usuários externos quanto aos usuários internos, podendo gerar relatórios eficientes para a tomada de decisão econômica e conseqüentemente traçar políticas públicas eficazes.

Outro detalhe importante sobre as respostas dos funcionários públicos comprova também que há uma preocupação sobre o prazo estipulado pela legislação para Convergência das NICASP, definindo assim não ser satisfatório para adaptação do ente Público.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa buscou analisar a percepção dos servidores públicos do município de Monte Carmelo quanto à adoção das normas internacionais de contabilidade aplicadas ao setor público. Para tanto aplicou-se um questionário junto aos contadores da administração direta do referido município. Essa administração pública foi escolhida por se tratar de um cenário ideal para o estudo, visto que, as pequenas cidades contam com escassez de recursos e

resistências a mudanças ocorridas no processo de adoção das normas contábeis. Logo, merecem atenção de pesquisadores e órgãos reguladores de contabilidade.

O estudo demonstra que a harmonização contábil no setor público necessita ser melhor compreendida por parte dos contadores da referida área. Além disso, os entrevistados alegam que não está havendo ainda uma preparação para habilitá-los para a adoção de fato desse novo padrão contábil tido como de qualidade. Diante disso, recomenda-se que sejam promovidos treinamentos e cursos necessários visando a solução desse entrave.

Verifica-se também que os contadores públicos do município de Monte Carmelo não acreditam que as NICASP proporcionarão uma contabilidade pública mais transparente. Ressalta-se ainda que esses profissionais não têm perspectivas favoráveis a sua adoção de fato, demonstrando a resistência a mudanças por parte desses profissionais. Logo, para que essas novas normas contábeis sejam implantadas de fato faz-se necessário programas de conscientização de seus benefícios para a administração pública. É preciso também a disponibilização de meios para que os objetivos das NICASP possam ser cumpridos, dentre esses meios, estão além do conhecimento contábil (obtido por meio de treinamento) investimento em sistemas de informática, e adequações quanto à transparência de informações.

Ressalta-se que a qualificação dos servidores públicos que trabalham com a contabilidade pública, por meio de palestras educativas e treinamentos faz-se nesse processo de convergência, visto que, eles precisam de adequação e atualização do conhecimento para implantar esse novo padrão contábil. De nada adianta os órgãos de contabilidade estabelecerem metas e prazos se os meios para efetivação dessas imposições não estão sendo viabilizados para os envolvidos no processo.

Como contribuições do estudo sobre o tema investigado, percebe-se que a padronização dos procedimentos contábeis a nível internacional pode favorecer os servidores públicos da área da contabilidade público no Município de Monte Carmelo-MG, a buscarem novas formas de aperfeiçoarem seus conhecimentos sobre o tema, inclusive a possibilidade de uma capacitação para que tenham eficiência no dia a dia de suas atividades.

O estudo realizado apresenta limitações quanto à sua população e amostra, por se tratar de uma amostra realizada em apenas um município. Portanto, não é possível generalizar os resultados obtidos para os demais entes da administração pública brasileira.

Sugere-se, então, que seja analisada a percepção do gestor público do município quanto ao processo de convergência as NICASP e a amostra ampliada com um número maior de municípios brasileiros. Recomenda-se também, a investigação da percepção dos contadores

públicos quanto a esse novo padrão contábil por região do Brasil para mensuração se as peculiaridades locais influenciam no discernimento dos mesmos sobre o assunto.

Referências

- ALMEIDA, M; SANTOS, J; FERREIRA, L; TORRES, F. **Determinantes da qualidade das práticas de governança corporativa das empresas brasileiras de capital aberto que possuem investimentos públicos.** Revista Brasileira de Gestão de Negócios, 12(37), 369-387, 2010.
- ALMEIDA, J; JUNIOR, L; MIRANDA, L; VASCONCELOS, M; LAGIOIA, U. **Análise das percepções dos profissionais contábeis nas prefeituras municipais quanto a relevância das mudanças introduzidas pela adoção das normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao setor público.** Revista de Pós-Graduação em Controladoria e Contabilidade da UFRGS. V.16, N. 34, 2016.
- ALMEIDA, F; CARVALHO, R; SANTOS, V; BEZERRA, S. **Reavaliação e depreciação dos ativos no setor público: o exemplo da Prefeitura de Caçador – SC, em 2014.** Revista Contabilidade e Controladoria, Curitiba, v. 9, n.2, p. 109-122, 2017.
- CALEGARI, P; RIGHES, A; BORTOLUZZI, S; SCHVIRCK, E. **Adesão, vantagens e dificuldades na adequação às normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público (NBCASP) nos municípios da região sudoeste do Paraná.** In: 6.º Congresso UFSC de Controladoria e Finanças. Anais... UFSC, Florianópolis, 2015
- CARVALHO, L. **Por que investir em desenvolvimento profissional.** Revista Brasileira de Contabilidade, n. 175, p. 11-27, mar. 2009.
- CARVALHO, J. **Contabilidade aplicada ao setor público: Normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público – NBC T ASP 16.** Conselho Regional de Contabilidade, 2015.
- CASTRO, M; CUNHA, J. **Convergência às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público: uma Análise dos Entes Públicos Brasileiros.** In: VI EnAPG. Anais, 2014.
- CFC. Conselho Federal de Contabilidade. 2017. **Plano de Convergência na Contabilidade Pública prevê implantação de procedimentos até 2021.** Disponível em <http://cfc.org.br/?s=contabilidade+p%C3%BAblica>. Acesso em 03. Set. 2017.
- COLLIS, J; HUSSEY, R. **Pesquisa em Administração: um guia prático para alunos de graduação e pós-graduação.** Porto Alegre: Bookman, 2005.
- CONCEIÇÃO, S; DOURADO, G; SILVA, S. **Global Reporting Initiative (GRI) - um estudo exploratório da prática de evidenciação em sustentabilidade empresarial na América latina.** Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade, v. 2, n. 3, p. 17, 2012.
- COSTA, C; CAMPOS, F; AMARAL, M. **Capacitação Profissional: um estudo sobre a adoção das normas internacionais de contabilidade (IFRS) nas instituições particulares de ensino superior do ABC.** Revista Brasileira de Contabilidade, Brasília, n. 177, p. 77-89, maio/junho 2009.
- COSTA, A; NUNES, M; ALMEIDA, A. **A aplicação do Manual de contabilidade aplicado ao setor público em municípios Brasileiros: o caso do município de Cristópolis no Estado da Bahia.** Revista Gestão e Contabilidade, v.3, n.2, Florianio-PI, Jul-Dez., p.3 a 18, 2016
- CRUVINEL, D; LIMA, D. **Adoção do regime de competência no setor público brasileiro sob a perspectiva das normas brasileiras e internacionais de contabilidade.** Revista de educação e pesquisa em contabilidade, Brasília, v. 5, n. 3, art. 4, p. 69-85, set/dez. 2011.

FEIJÓ, P; BUGARIN, M. Portaria MF 184/2008: **um marco para implantação do Novo Modelo de Contabilidade Aplicada ao Setor Público**. *Revista Brasileira de Contabilidade*. Ano XXXVII, nº 173, setembro/outubro, 2008.

GIROTTI, M.O **Brasil e a adoção do padrão contábil internacional**. *Revista Brasileira de Contabilidade*, Brasília, n. 167, p. 7-19, setembro/outubro 2007.

IFAC. International Federation of Accountants. **Normas Internacionais de Contabilidade para o Setor Público**. Disponível em http://www.cnm.org.br/contadores/img/pdf/normas_internacionais_de_contabilidade/NormasInternacionaisdeContabilidadeparaoSetorPublico.pdf. Acesso em 04 mai. 2017.

LANGONI, C. **Uma Visão da Contabilidade no Brasil**. Informativo do CRC – ES, junho 2010.

LEITE, M; RESENDE, L; NASCIMENTO, J; BARBOSA NETO, J; ALVARENGA, F. Adequação as normas de contabilidade aplicadas ao setor público: **um estudo nos municípios do Sul mineiros**. XII Seget, 2015.

LEMES, S; CARVALHO, L. Contabilidade Internacional para Graduação: **textos, estudos de casos e questões de múltipla escolha**. São Paulo: Atlas, 2010. MELO, L; BUENOS AYRES, C. O processo de implantação das normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público: **desafios e perspectivas para a governança pública municipal em interface com o mercado e a sociedade**. *Revista FSA*, 11(3), 71-95, 2014.

MELO, K; PRIETO, M; ANDRADE, M. Convergência das Normas Brasileiras Aplicadas ao Setor Público: **um estudo exploratório no município de Uberlândia-MG**. *Revista de Contabilidade da UFBA*, v. 8, n. 2, p. 21-35, 2014.

NASCIMENTO, L; SANTO, S; VICENTE, E. **Relação entre evidenciação contábil dos investimentos públicos e assimetria informacional**. *REUNA*, Belo Horizonte, MG, v. 17, n. 3, p. 33-52, jul./set. 2012.

OLIVEIRA, L; PEREZ JÚNIOR, J; SILVA, C. **Controladoria estratégica**. São Paulo: Atlas, 2002.

OLIVEIRA, C. A Contabilidade Pública e os desafios enfrentados pelos servidores públicos: **uma análise do Município de Castro Alves**. *Revista Formadores: Vivências e Estudos*, Cachoeira-BA, V. 8, n.2, p.6-24, 2015.

PASINI, A. As Normas Internacionais de Contabilidade – IFRS: **Adoção no Brasil**. 2015. Disponível em <<https://revistas.pucsp.br/index.php/risus/artic le/viewFile/20396/19159>> Acesso em 08 jun. 2017.

PICCOLI, M; KLANN, R. **A percepção dos contadores públicos da região da associação de municípios do Meio-Oeste de Santa Catarina - Ammoc, em relação às normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público – NBCASP**. *Revista do Serviço Público*, Brasília, DF, v. 66, n. 3, p. 425-448, jul./set. 2015

REVOREDO, M. Brasil rumo aos padrões internacionais de contabilidade para o setor público: **uma análise sob a ótica do Financial Management Reform Process Model de Lüder**. 2008. 170f. Dissertação (Mestrado em Ciências 35 R. Cont. Ufba, Salvador-Ba, v. 8, n. 2, p. 21 - 35, mai-ago 2014 Contábeis) – Faculdade de Administração e Finanças, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

RIBEIRO, L. **Contribuição da Contabilidade no Processo de Governança Pública em Municípios do Território da cidadania Sertão de Minas**. Tese de Doutorado, Universidade Federal de Lavras, Lavras, MG, Brasil, 2014.

VERGARA, S. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. São Paulo: Atlas, 1998.

VICENTE, E; MORAIS, L; PLATT NETO, O. A reforma na contabilidade pública brasileira e o processo de convergência: **implicações e perspectivas**. *RIC - Revista de Informação Contábil*, v. 6, n. 2, p. 1-20, 2012

ZEVEDO, R; SOUZA, J; VEIGA, C. Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público: **NBCASP comentadas**. 2. ed. Curitiba: Tecnodata Educacional, 2010.

